

HABILIDADES SOCIAIS DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL

¹Bruna Rayane Arruda Da Silva

²Cintia Maria da Silva Ferreira

³Gleyce Nathalia

Resumo

Este artigo tem por objetivo apontar os impactos do processo inclusivo no desenvolvimento emocional e cognitivo de crianças deficientes que apresentam o Transtorno do Espectro Autista (TEA). As habilidades de crianças com TEA precisam ser percebidas com ética e responsabilidade pelo corpo docente e isto implica em trazer diversas referências que venham a contemplar este aprendizado. Conceitos reflexivos, didáticos e sociais são extremamente importantes e precisam estar correlacionados para que o aluno deficiente aprenda independente de suas particularidades. Assim, pontua-se que cada ambiente e aprendizado formal e até mesmo informal precisa ser promissor à socialização de um indivíduo, pois contribuem para um desenvolvimento integral. Portanto, a proposta transformadora da escola quando reflete nestes aspectos gera um ganho permanente para todos os participantes e não apenas para o aluno.

Palavras-chave: Aprendizado; Deficiências; Autismo; Educação Infantil.

1-Introdução

Este artigo tem por objetivo apontar os impactos do processo inclusivo no desenvolvimento emocional e cognitivo de crianças deficientes que apresentam o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Trazer os aspectos referentes a inclusão escolar implica em conceber um conhecimento prévio de como as escolas iniciaram seus protocolos inclusivos bem como de que forma estes processos foram se transformando ao longo das décadas no tocante à admissão e acompanhamento de alunos que tem necessidades especiais.

Um dos principais pontos que fazem parte dos muitos debates sobre a inclusão é

¹ Graduanda no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pelo Centro Universitário da Vitória de Santo Antão E-mail: Bruna.2019120018@univisa.edu.br

² Graduanda no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pelo Centro Universitário da Vitória de Santo Antão E-mail: cintia.201915002@univisa.edu.br

³ Psicóloga clínica, pela UNIVISA, especialista em terapia cognitiva comportamento pela UNIVISA, especialista em Análise do comportamento aplicada ABA pela Faculdade CEAM E-mail: psi-gleycenathalia@hotmail.com

a forma como a escola enxerga estes alunos e como eles são inseridos e incentivados a participarem das vivências acadêmicas, sociais e coletivas no ambiente escolar, isto é claro considerando as diferentes dificuldades de aprendizado e deficiências (BORBA E BARROS, 2018).

A inclusão escolar no cenário brasileiro foi inserida um momento histórico do processo educativo que inicialmente não compreendia as diferentes características de alunos diagnosticados com deficiências, uma delas o transtorno do espectro autista. A falta de conhecimento acerca deste transtorno de fato trouxe dificuldade para que estratégias pedagógicas tornassem-se mais assertivas e as didática de ensino de fato começaram a surtir efeito na vida deste alunos a partir do momento em que estudos mais aprofundados passaram a ser realizados em pró destes indivíduos (GOMES E MENDES, 2010).

Tão delicado quanto inserir estes alunos no meio social que é a escola é a escolarização deles. A deficiência não impacta apenas sua saúde mas sim suas relações sociais que são importantes também para o aprendizado. Desta forma, torna-se importante o ambiente escolar tornar-se apto a trabalhar integralmente as dificuldades e habilidades que estes alunos tem em aprender visto que as necessidades especiais podem ser apontadas como necessidades (SILVEIRA, 2020). As

habilidades de crianças com TEA precisam ser percebidas com ética e responsabilidade pelo corpo docente e isto implica em trazer diversas referências que venham a contemplar este aprendizado, uma dessas referências também são os familiares e as pessoas que naturalmente são mais próximas a estas crianças. Neste tocante, o ambiente escolar precisa ser adaptado para tornar-se seguro, estimulante e produtivo para que assim estes alunos desenvolvam aspectos cognitivos, motores, acadêmicos, sociais e até mesmo afetivo (SILVEIRA, 2020).

Justifica-se a escolha deste tema por toda a complexidade que faz parte do universo cognitivo, afetivo e social de um indivíduo com autismo. Inserir uma proposta didática inclusiva requer conhecimento, reflexão e avaliação direcionados para o desenvolvimento destes alunos visto que naturalmente eles crescem e precisam encontrar-se neste mundo que para eles é tão complexo. O aluno no ambiente escolar é um indivíduo com diferentes necessidades de aprendizado independente de sua

condição cognitiva, a escola a partir do momento que admite estas crianças precisa trazer propostas críticas para que elas aprendam da forma mais equitativa em relação as demais.

2- Revisão de literatura

2.1 Particularidades da Educação Infantil para alunos com o Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Embora o autismo seja um transtorno que acomete um percentual considerável da população, suas causas ainda não são conclusivas. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) implica em uma síndrome que afeta e altera o comportamento dos indivíduos a nível de aspectos neurológicos e psicológicos, estes são determinantes para o equilíbrio cognitivo, de linguagem e de sociabilidade. Não há uma incidência de grupo específico de pessoas autistas, não há uma descrição étnica, de raça ou de classe social.

O diagnóstico de fato é a forma das crianças autistas terem um acompanhamento mais assertivo e melhores perspectivas de acompanhamento. De acordo com Werner (2019), o indivíduo nasce com este transtorno, porém, antes dos três anos de idade o diagnóstico pode ser menos preciso considerando a subjetividade do comportamento de uma criança neurotípica. Geralmente os pais percebem comportamentos atípicos nessa faixa etária, visto que espera-se um comportamento infantil mais afetuoso e ávido à exploração de novas experiências, enquanto a criança autista tende a apresentar um comportamento com mais ausência de interesses em comum e interesses peculiares por objetos, sendo característico um comportamento repetitivo. Quando não há um diagnóstico precoce, os comportamentos podem agravar-se. Nos casos em que os familiares têm pouco conhecimento acerca da patologia os sintomas da criança com autismo podem piorar, conseqüentemente pode haver grandes perdas em sua qualidade de vida, além do agravamento do transtorno em si, Borba (2018). A partir do momento em que há um diagnóstico precoce e um acompanhamento terapêutico a criança tende a desenvolver-se mais próxima a normalidade. Considerando o fato de que crianças autistas

podem ter aptidões cognitivas preservadas, a sua inclusão em diferentes ambientes pode ocorrer na faixa etária equivalente à faixa etária das crianças ditas normais, ou seja, com o tratamento adequado podem ser inseridas em espaços recreativos, escolares e demais ambientes sociais (BORBA, 2018).

A socialização em diferentes situações e vivências permite que cada aluno crie sua identidade e torne-se um cidadão ativo, participativo e crítico. Conceitos reflexivos, didáticos e sociais são extremamente importantes e precisam estar correlacionados. Cada ambiente precisa ser promissor à socialização de um indivíduo, pois contribuem para um desenvolvimento integral. Esta concepção gradativamente vem permitindo o destaque de várias áreas de atuação e intervenção e o diagnóstico contribui efetivamente para novas reflexões também acerca do TEA (SILVEIRA, 2020).

Malloy-Diniz (2010) ressaltam a importância do aluno ser percebido tanto no ambiente familiar quanto na escola como um indivíduo atuante e participativo. A deficiência que o aluno tem não pode ser vinculada à sua capacidade de aprendizado pois há diversas patologias que não são associadas à problemas neurológicos, logo, é importante a escola conhecer o aluno, acompanhar este aluno e perceber como este aluno se sente à medida que é inserido nas atividades escolares.

O trabalho pedagógico com crianças que apresentam este transtorno tende a ser mais desafiador no que concerne a alfabetização visto que elas apresentam um interesse consideravelmente baixo em relação as didáticas relacionadas a um aprendizado que configura-se como sistemático e que requer uma sequência lógica para ser executado.

Desta forma, é pertinente aos profissionais que acompanham estes alunos contemplarem o uso de recursos que podem despertar o interesse e a curiosidade desses alunos, ou seja, trazer objetos sensoriais com diversas cores, formatos e até mesmo tamanhos.

Estes recursos segundo Beck (2013) podem estimular o aluno deficiente a amadurecer aspectos e habilidades que tendem a ser mais dificilmente adquiridos como a fala e a oralidade. Estas não são imaturas mas são inibidas por um déficit de expressividade significativo. Em suma, quando estas dificuldades adentram o ambiente escolar juntos a estes alunos deficientes pode-se observar uma dificuldade na interpretação de repostas

recíprocas que são justamente a percepção do professor que o aluno compreendeu e entendeu a didática na qual está inserido.

A respeito da conquista de indivíduos que apresentam necessidades especiais traz-se a seguinte concepção de (SASSAKI, 1998, p. 8).

A sociedade inclusiva já começou a ser construída a partir de algumas experiências de inserção social de pessoas com deficiência, ainda na década de oitenta. Em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, modificações pequenas e grandes vêm sendo feitas em setores como escolas, empresas, áreas de lazer, edifícios e espaços urbanos, para possibilitar a participação plena de pessoas deficientes, com igualdade de oportunidades junto à população geral (SASSAKI, 1998, p. 8).

Compreendendo que o diagnóstico do transtorno ocorre da fase infantil, ainda assim esta criança pode estar passando por conflitos internos e externos de adaptação e os adultos à sua volta não perceberem, o acompanhamento de seu quadro a partir do momento em que há um diagnóstico clínico precisa abarcar relações sociais, afetivas e escolares, o aprendizado neste caso é mais um ponto a ser conceituado tanto no ensino formal quanto no informal Oliveira (2011). Desta forma, o que é atribuído à criança nas consultas clínicas reflete no ambiente escolar, tanto para ela quanto para aqueles que a rodeia.

Para o indivíduo autista o ambiente é um precursor de seu comportamento. Quanto maior a agitação, sons estridentes e quantitativo de pessoas maior será o desafio para ele se adaptar. Logo, o processo inclusivo precisa considerar a reflexão de todos que fazem parte da vida social desta criança. Reforça-se que mesmo com tratamento e acompanhamento proporcionais à criança visto que ela sempre será autista (SAMPAIO, 2014).

Um dos maiores desafios para intervenções assertivas com crianças autistas é a presença efetiva de profissionais que corroborem com a reflexão e a prática inclusiva, pois, se há uma equipe multidisciplinar preparada e apta ao trabalho com crianças autistas as possibilidades de sucesso não dependerão exclusivamente de uma especialidade, um suporte e acompanhamento sem especialidade podem culminar em perdas cognitivas, sociais e afetivas para esta criança (SILEIRA, 2019). A abordagem segundo Vygotsky

(2010) ressalta a interação humana.

Trazemos a seguinte

afirmativa:

É por meio de outros, por intermédio do adulto que a criança se envolve em suas atividades. Absolutamente, tudo no comportamento da criança está fundido, enraizado no social. Assim, as relações da criança com a realidade são, desde o início, relações sociais (p. 16).

Dentro da sistemática do trabalho da escola e da família, que também é uma característica do processo inclusivo, é importante definições de estratégias de comunicação, de concretização de experiências e do amadurecimento de uma linha de comunicação, seja esta linha verbal, escrita ou simbólica. Com estas estratégias a criança autista pode obter uma singularidade de preferências, pode otimizar suas motivações e amadurecer habilidades já existentes (SILVA E ALMEIDA 2012).

2.2 Desafios no processo de escolarização com alunos que apresentam o Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O trabalho interventivo justamente ao indivíduo com autismo precisa valorizar tanto a identidade do indivíduo quanto a identidade dos ambientes que ele frequenta, dada relevância a um processo de anamnese mais detalhado e com riqueza da informações que o psicopedagogo clínico precisa atribuir (SILVEIRA, 2020).

Os profissionais que acompanham esta criança precisam trabalhar em conjunto para que haja um compartilhamento de experiências em comum e cada um identifique e viabilize perspectivas comportamentais, afetivas e sociais da criança bem como nas diferentes aquisições de conhecimento (BORBA E BARROS, 2018).

Este trabalho precisa principalmente ser construído coletivamente com ações promissoras, isto ocorre mediante não apenas a participação dos professores e alunos, mas também da comunidade que estes jovens estão inseridos e seus familiares (BRANDE E ZANFELICE, 2012).

O ensino público é norteado de questões burocráticas, físicas e de pessoal para suprir as diferentes demandas existentes, Cunha (2015). Um dos maiores desafios é a presença de profissionais que corroborem com a prática inclusiva, pois, se há uma equipe

multidisciplinar preparada e apta ao trabalho com alunos autistas as possibilidades de sucesso não dependerão exclusivamente de problemas burocráticos (CUNHA, 2015).

Ainda segundo

(CUNHA, 2015):

Ainda há profissionais que acreditam que a presença dos alunos com deficiência quebrará a rotina da escola. Por isso, temos que pensar em uma inclusão que afaste o pensamento de fracasso, assumindo posturas de novos ensinamentos e novas aprendizagens. Isso consiste em uma renovação da escola (p. 71).

O processo de escolarização é um direito à todos os indivíduos assegurado pela legislação vigente no Brasil, em que a educação é um bem social e por direito todos podem e devem ter acesso. Esta premissa social também é atribuída ao indivíduo diagnosticado com necessidades especiais principalmente com ênfase na aquisição igualitária do aprendizado e permanência na escola em todo o processo acadêmico. (GOMES; MENDES, 2010).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394, configura uma modalidade de ensino específica dentro de todos os níveis educacionais. Em seu capítulo V aborda as seguintes diretrizes:

DA EDUCAÇÃO ESPECIAL Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

Tudo que envolve processo inclusivo envolve modificações e ajustes. De acordo com Battisti e Heck (2015), historicamente, incluir significa mudar em pró de um grupo específico, porém, esta mudança também precisa transcender ao aluno com necessidades especiais.

Os demais alunos também precisam ser envolvidos na participação de novas formas de aprender e enxergar que as diferenças não apenas formas otimizar trocas de experiências e foi observado no contexto escolar que os demais alunos foram orientados visto que não foi observada nenhuma situação de atrito entre eles mas sim uma integração lenta mas promissora.

Limitações físicas ou cognitivas não são especificidades para que um indivíduo aprenda. De acordo com Silveira (2020) qualquer ser humano é competente para aprender a partir do momento que ele seja estimulado a isto. Os alunos com necessidades especiais podem de fato não participarem efetivamente de atividades escolares da mesma mas isto não significa que eles não podem participar de outras atividades elaboradas segundo suas necessidades.

O transtorno autista não se desenvolve à medida que um indivíduo cresce ou devido a um fator externo, é uma deficiência inerente desde o nascimento e a percepção de que há algo diferente com a criança surge exatamente quando seu comportamento social não evolui como as demais, ou seja, quando ela não estabelece um vínculo com o mundo exterior bem como encontrar um meio de interagir, trocar experiências e desenvolver-se (BATTISTI E HECK, 2015).O diagnóstico inicial acontece de forma superficial pois geralmente tende a ser notado no ambiente familiar a partir de sinais e comportamentos que a criança esboça a partir dos 3 anos de idade.

Para esta faixa etária espera-se que a criança já tenha uma fala articulada, se interesse em brincar com outras crianças e tenha o interesse em socializar, para a criança autista estas características podem apresentar-se de forma sutil ou serem inexistentes e é a partir destas observações que os pais ou familiares buscam orientações clínicas para compreender as peculiaridades do comportamento dessa criança (SILVA E ALMEIDA, 2012).

Historicamente, sabe-se que as pessoas com necessidades especiais não tiveram uma considerável participação social, estes indivíduos não frequentavam a escola e tinham pouca socialização com

peessoas que não eram seus familiares. Na atualidade, mesmo sabendo que a criança que tem necessidades físicas ou cognitivas tem o direito de socializar em diferentes ambientes é pertinente compreender que dependendo do diagnóstico dela há de fato uma dificuldade em promover interações sociais e naturalmente aprendizados que ocorrem mediante trocas de experiências (BATTISTI E HECK, 2015).

As crianças embora tenham um comportamento subjetivo sobre o meio que as cerca percebem a dinâmica do ambiente que as rodeia, logo, comunicar-se com elas exige promover um diálogo proporcional às suas capacidades de compreensão independente de suas condições físicas ou cognitivas (BLASZKO, PORTILHO E UJJIE, 2016).

A educação independente da modalidade de ensino vem trazendo reflexões acerca do que os alunos precisam agora e que estratégias podem ser implementadas para que eles encontrem o caminho do aprender. A participação e a inserção de alunos com autismo nas atividades escolares é segundo Battisti e Heck (2015) um dos melhores estímulos que eles podem receber, pois eles tem a necessidade como qualquer outro de aprender, o que muda são os meios que podem ser articulados para que ele seja escolarizado.

O aluno autista não é apenas um aprendiz, mas sim um potencial aprendente. De acordo com Battisti e Heck (2015), a escola precisa durante o processo de aprendizado permitir que o aluno se aproprie do conhecimento e não que seja induzido a ele, uma vez que, as didáticas e metodologias de ensino precisam estar voltadas à conscientização das diferentes formas de aprender e não de um aprendizado uniformizado.

3- Metodologia

O presente estudo se caracteriza como revisão integrativa, de caráter teórico e descritivo. Foram incluídos no estudo artigos originais referentes ao diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista bem como a relevância dos profissionais que acompanham estes indivíduos em conhecerem as características desta deficiência e seus reflexos no desenvolvimento e aprendizado dos indivíduos. O trabalho inclui artigos qualitativos os quais atenderam aos seguintes critérios: (1) Conceitos sobre TEA, (2)

Impactos do TEA no comportamento e aprendizado do educando, (3) Relevância do trabalho qualificado com alunos diagnosticados com TEA. Há a intenção de ressaltar as características deste transtorno e os impactos diretos no processo de aprendizado dos alunos, com isto, torna-se importante compreender como pode e precisa ser realizado o trabalho pedagógico com estes alunos no ambiente de aprendizado que estão inseridos. Para a fundamentação teórica deste estudo foram consultadas bases de dados eletrônicas como: SciELO Brasil, Biblioteca Digital Paulo Freire, PERIÓDICOS e LILACS. Utilizou-se os seguintes descritores: Transtorno do Espectro Autista, Trabalho Inclusivo, Escolarização, Avaliação, Aprendizado.

4 Resultados e discussões

Os artigos descritos nas tabelas são fundamentados na relevância do trabalho pedagógico com crianças diagnosticadas com TEA bem como as respectivas estratégias para otimizar seu aprendizado integral, a busca foi realizada sob o ponto de vista dos teóricos que defendem as reflexões dispostas para esta temática.

Fonte de Pesquisa	Artigos encontrados	Artigos descartados	Artigos utilizados
Sciello	15	10	5
Google Acadêmico	30	25	5
Lilacs	35	27	3

Tabela de referências bibliográficas

TITULO	ANO	ORIGEM	AUTOR(ES)	RESUMO
A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: TEORIA E PRÁTICA	2015	Sciello	BATTISTI, Aline Vasconcelos; HECK, Giomar, Maria Poletto.	Adaptações no currículo são necessárias para desenvolver sua autonomia, ultrapassar seus déficits sociais, para que novos conhecimentos e comportamentos sejam desenvolvidos no aluno.
Terapia Cognitivo Comportamental: teoria e prática.	2013	Sciello	BECK, Judith S.	Quando as pessoas aprendem a avaliar seu pensamento de forma mais realista e adaptativa e realista, elas obtêm uma melhora no seu estado comportamental e emocional.
Atuação psicopedagógica na equipe multidisciplinar: relevância da interação do psicopedagogo com os profissionais que atendem alunos com dificuldades específicas de aprendizagem.	2016	Sciello	BLASZKO, Caroline Elizabel; PORTILHO, Evelise Maria Labatut; UJJIE, Nájela Tavares. (2016).	É importante ressaltar que a psicopedagogia como complemento é uma ciência nova que estuda o processo de aprendizagem e dificuldades, muito tem contribuído para explicar a causa das dificuldades de aprendizagem.
Ele é autista: como posso ajudar na intervenção? Um guia para profissionais e pais com crianças sob intervenção analítico-comportamental ao autismo.	2018	Sciello	BORBA, M. M. C.; BARROS, R. S.	Geralmente os primeiros sinais de autismo se manifestam até os três anos de idade. Enquanto algumas crianças apresentam os sinais desde o nascimento, outras parecem passar por uma regressão do comportamento. Quanto mais cedo se inicia a intervenção, maior pode ser a diminuição destes sinais.
A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens.	2012	Google Acadêmico	BRANDE, Carla Andréa; ZANFELICE, Camila Cilene. (2012).	É significativo relatar o processo de aprendizagem não somente do aluno, mas também, dos personagens envolvidos – pais, professora, escola – o qual revela momentos de inquietação, reflexão mútua e construção de novos saberes.
Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental.	2015	Google Acadêmico	CUNHA, M. S.	Ainda que já existam, nos currículos de licenciatura em Letras/Português e Pedagogia, disciplinas que contemplam o conteúdo básico legalmente exigido para a formação do professor na perspectiva da educação inclusiva, ainda assim os docentes consideram-se despreparados para dar aulas a alunos com deficiência.

Escolarização Inclusiva de Alunos com Autismo na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte.	2010	Sciello	GOMES, Camila Graciella Santos; MENDES, Enicéia Gonçalves.	O direito a matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares no Brasil é garantido por lei desde a Constituição de 1988. Os dados do Censo Escolar do Ministério da Educação indicam aumento no número de matrícula desses alunos no país ao longo dos anos, especialmente em escolas da rede municipal de ensino.
Família, escola e o nascimento da Psicopedagogia.	2011	Google Acadêmico	OLIVEIRA, V. B.	Quando se pensa em processo de ensino-aprendizagem na perspectiva da educação brasileira atual, pressupõe-se que muitas são as dificuldades enfrentadas cotidianamente em sala de aula. Por este motivo, emerge a inquietação de investigar a relação entre a Psicopedagogia no contexto escolar e o papel do profissional diante dos problemas de Aprendizagem.
Atendimento educacional especializado para aluno com autismo: Desafios e possibilidades.	2012	Lilacs	SILVA, Francisca da Silva. ALMEIDA, Amélia Leite de.	É na educação inclusiva que permite-se perceber que nada está pronto ou finalizado, troca-se de papel constantemente, ensinante e aprendente. Aquilo que precisa ter significado para um, deve passar pelo entendimento e compreensão do outro, e, essa troca acontece o tempo inteiro, colocando em desequilíbrio a cada nova proposta
A importância das intervenções psicopedagógicas com crianças autistas.	2020	Lilacs	SILVEIRA, Rafael da.	O recorte da temática enfatiza os processos de identificação, diagnóstico e assessoria numa perspectiva inclusiva de educação que considere o sujeito como ser integral no seu próprio ato de aprender, portanto.
MMS cura autismo?	2019	Google Acadêmico	WERNER, Andréa.	É importante esclarecer que não há comprovação científica dos benefícios do MMS para o autismo ou qualquer outra condição de saúde.

5 - Considerações

A escola tem a responsabilidade de elaborar intenções que se interliguem à vida do aluno deficiente, ou seja, ofertar as mesmas possibilidades para que ele se desenvolva mediante a participação de diferentes colaboradores como a família, especialistas, professores. Uma vez que a escola reconhece tal importância assume um olhar para o aluno como um potencial aprendente onde ele passa a ser visto além de suas deficiências e sim como um indivíduo que apresenta características distintas de aprendizado e socialização.

Conclui-se que esta reflexão bem como as estratégias a serem implementadas precisam contemplar a educação inclusiva impressa em propostas contextualizadas representadas em todos os ambientes inerentes a vida do aluno. No momento em que a escola os recebe precisa propor e otimizar vivências e experiências que transcendam o espaço escolar para que ele, experimente e compartilhe seus aprendizados com as pessoas com quem se relaciona seja de forma oral, escrita ou até mesmo através de imagens.

Assim, as estratégias implementadas e observadas diretamente na vida do aluno precisam resignificar sua vida, da família e da própria escola, visto que os alunos que não tem uma deficiência também precisam ser contextualizados com as diferenças já que fazem parte deste processo de integração e podem aprender a estabelecer uma comunicação eficiente com os que apresentam deficiências.

Portanto, a proposta transformadora da escola quando reflete nestes aspectos gera um ganho permanente para todos os participantes e não apenas para o aluno. O aluno no ambiente escolar é um indivíduo com diferentes necessidades independente de sua situação física ou cognitiva, a escola a partir do momento que aceita esta proposta de mudança precisa projetar nestes aprendentes possibilidades reais para que ele aprenda, para que perceba suas habilidades e se desenvolva.

Referências

BATTISTI, Aline Vasconcelos; HECK, Giomar, Maria Poletto. A inclusão escolar de crianças com autismo na educação básica: teoria e prática. CHAPECÓ 2015.

Disponível em:

<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1251/1/BATTISTI%20e%20HECK.pdf>

BECK, Judith S. Terapia Cognitivo Comportamental: teoria e prática/ 2º ed. – Porto Alegre: Artmed, 2013.

BLASZKO, Caroline Elizabel; PORTILHO, Evelise Maria Labatut; UJJIE, Nájela Tavares. Atuação psicopedagógica na equipe multidisciplinar: relevância da interação do psicopedagogo com os profissionais que atendem alunos com dificuldades específicas de aprendizagem. In: UJJIE, Nájela Tavares. Psicopedagogia clínica & institucional: nuances, nexos e reflexos. Curitiba: CRV, 2016, p. 143-152.

BORBA, M. M. C.; BARROS, R. S. Ele é autista: como posso ajudar na intervenção? Um guia para profissionais e pais com crianças sob intervenção analítico-comportamental ao autismo. Cartilha da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC), 2018.

BRANDE, Carla Andréa; ZANFELICE, Camila Cilene. A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 43-56, jan./abr. 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN. Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

CUNHA, M. S. Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. 2015.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Camila Graciella Santos; MENDES, Enicéia Gonçalves. Escolarização Inclusiva de Alunos com Autismo na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.16, n.3, p.375-396, Set.-Dez., 2010.

OLIVEIRA, V. B. Família, escola e o nascimento da Psicopedagogia. In: Psique, São Paulo: Escala, 2011, n. 2.

SAMPAIO, S. Manual prático do diagnóstico psicopedagógico clínico. 5ª ed. Rio de Janeiro: Wak; 2014. p. 50-93.

SASSAKI, R. K. Entrevista. In: Revista Integração, Brasília, v 8, n. 20, p. 8-10, ago. 1998.

SILVA, Francisca da Silva. ALMEIDA, Amélia Leite de. Atendimento educacional especializado para aluno com autismo: Desafios e possibilidades. Intl. J. of Knowl. Eng., Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 62 – 88, 2012.

SILVEIRA, Rafael da. A importância das intervenções psicopedagógicas com crianças autistas. Cadernos da Fucamp, v.19, n.38, p.40-56/2020.

VYGOTSKY, Lev Simionovich. Coleção educadores – MEC. Massagana. 2010.

WERNER, Andréa. MMS cura autismo? Revista Autismo. 2019. Disponível em: <https://www.revistaautismo.com.br/noticias/mms-cura-autismo-andrea-werner/>